



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CONTRATO Nº ____/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, POR REGIÃO, EM URGÊNCIA MÉDICA E ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR DO TIPO ÁREA PROTEGIDA PARA ESTE E. TRIBUNAL, QUE ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO E A EMPRESA

Processo nº TRF2-EOF-2014/00220

O **Tribunal Regional Federal da 2ª Região**, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por seu **Diretor Geral, Dr. Roque Bonfante de Almeida**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a Empresa _____, inscrita no C.N.P.J. sob o nº _____, estabelecida na _____, CEP _____, Tel.: () _____, Fax: () _____, representada neste ato pelo(a) **Sr(a).** _____, a seguir denominada apenas **CONTRATADA**, tendo em vista o constante e decidido no Processo Administrativo nº TRF2-EOF-2014/00220, em consequência do Pregão Eletrônico nº 013/2015, fundamentado na Lei nº 10.520/02 e no Decreto nº 5.450/05, homologado em __/__/2015, por despacho lavrado à fl. ____ do processo, FIRMAM o presente Contrato com a finalidade de *prestar serviços especializados, por região, em urgência médica e atendimento pré-hospitalar do tipo área protegida para este E. Tribunal*, sujeitas as partes às normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:

Constitui objeto do presente Contrato a prestação de serviços especializados, por região, em urgência médica e atendimento pré-hospitalar do tipo área protegida para este E. Tribunal, conforme especificações contidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 013/2015 e seu Anexo I e nas condições estabelecidas nas Cláusulas deste Contrato.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DO REGIME DE EXECUÇÃO:

2.1 – DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

2.1.1 - Os serviços de urgência médica e atendimento pré-hospitalar do tipo área protegida serão prestados nas dependências do Contratante, e visam a atender a magistrados, servidores, estagiários, terceirizados e usuários externos, conforme discriminado a seguir:

GRUPO	LOCALIDADES/DEPENDÊNCIAS	QUANTITATIVO MENSAL ESTIMADO (atendimentos)
G1	TRF-2ª Região - SEDE – Rua Acre 80 e ANEXOS 1A, 1B, 2A e 2B - Centro- Rio de Janeiro - RJ	02
G2	Centro Cultural da Justiça Federal - Avenida Rio Branco, 241 - Centro - Rio de Janeiro - RJ	02
G3	TRF-2ª Região – ANEXO 1 – Rua Visconde de Inhaúma, 68 – Centro - Rio de Janeiro – RJ	01
G4	TRF-2ª Região – ANEXO 2 – Rua Beneditinos, 24 – Centro – Rio de Janeiro - RJ	01
G5	TRF2-2ª Região – ANEXO 3 – Rua Dom Gerardo, 46 – Centro – Rio de Janeiro - RJ	01

2.1.2 – O Contratante disporá de 03 (*três*) atendimentos por ano a serem realizados em áreas não elencadas no subitem anterior onde forem realizados eventos diretamente relacionados ao mesmo como concursos, encontros, etc.

2.1.2.1 - A localidade a ser protegida, não definida no subitem 2.1.1, estará situada no município do Rio de Janeiro e será informada à Contratada com 30 (*trinta*) dias de antecedência;

2.1.2.2 - A proteção da área mencionada no subitem anterior será, no máximo, de 06 (*seis*) horas.

2.1.3 – O quantitativo mínimo anual estimado é de 84 (*oitenta e quatro*) atendimentos.



2.2 – FORMA DE EXECUÇÃO:

2.2.1 - A área protegida compreenderá a edificação, bem como o espaço livre (pátio, estacionamento, área de circulação e postos de vigilantes) dos locais discriminados no subitem 2.1.1, sejam eles próprios ou de terceiros;

2.2.2 - Os serviços compreendem o completo atendimento pré-hospitalar, nas dependências do Contratante, podendo envolver o traslado do(s) paciente(s) até o estabelecimento hospitalar apropriado, em ambulância devidamente equipada, em situações de emergência e que impliquem risco de morte como cardiológicos (parada cardio-respiratória, infarto do miocárdio, crise hipertensiva, angina pectoris, arritmia, insuficiência cardíaca, choque); pulmonares (insuficiência respiratória, crise asmática, edema agudo de pulmão e DPOC); cérebro-vasculares; politraumatismos, perda de consciência, queimaduras graves (2º e 3º graus), hemorragia grave, acidente elétrico, intoxicações, acidentes de trabalho, surtos psiquiátricos e outras situações assemelhadas;

2.2.3 - Os atendimentos realizados no grupo G1 do subitem 2.1.1 desta Cláusula, quando ocorrerem de segunda a sexta-feira, no horário das 11:00 às 19:00 horas, serão precedidos por avaliação da equipe médica do Contratante, a qual, na hipótese de ser necessária a remoção, comunicará à Contratada.

2.2.3.1 – Nos horários compreendidos fora do intervalo previsto no subitem anterior e nas demais localidades estabelecidas no subitem 2.1.1, o atendimento do Contratante incluirá primeiros socorros, avaliação da necessidade de remoção e, em caso afirmativo, realização da remoção.

2.2.4 - Ocorrendo a necessidade de encaminhamento do paciente ao estabelecimento hospitalar, o serviço durará até o início do atendimento em unidades da Rede Hospitalar pública ou privada, quando, então, cessará toda e qualquer responsabilidade da Contratada, seja relacionada ao objeto do presente Contrato, seja com relação ao tratamento;

2.2.5 - Não haverá restrição a doenças preexistentes e não haverá carência para o início do atendimento emergencial. Em decorrência de eventuais atendimentos, nenhum gasto será devido além do valor mensal contratado, que abrange todo o serviço, inclusive de medicamentos e materiais utilizados nos atendimentos;

2.2.6 - A prestação dos serviços será executada com a utilização de veículos destinados ao transporte de pacientes de alto risco de emergências pré-hospitalares e transporte inter-hospitalar ambulâncias, ou seja, ambulâncias classificadas como Tipo “D” - Ambulância Suporte Avançado (ASA) ou também denominada UTI Móvel, de acordo com as exigências do Conselho Federal de Medicina – CFM;

2.2.7 - Os serviços deverão ser realizados de segunda a domingo, por 24 (*vinete e quatro*) horas/dia. O atendimento iniciará com a solicitação por meio de telefonema para a central de comunicação da Contratada e cessará quando for estabilizada a emergência no próprio local, não havendo mais risco à saúde do paciente ou quando este for internado em unidade hospitalar para continuidade do tratamento.

2.2.7.1 - O tempo máximo para atendimento no local deverá ser de até 30 (*trinta*) minutos após o primeiro chamado;

2.2.7.2 - Caso o tempo estipulado no subitem anterior não seja cumprido, caberá a Contratada apresentar justificativa formal, e estar ciente quanto à responsabilidade do risco de vida do beneficiário.

2.2.8 - Será considerado atendimento para fins de cobrança, os serviços pré-hospitalares, dentro da área protegida, envolvendo ou não o traslado do beneficiário;

2.2.9 - As unidades móveis, discriminadas no item 2.4 desta Cláusula, deverão comparecer ao local solicitado pela chamada acompanhadas por equipe técnica especializada, prevista no item 2.3 desta Cláusula, de acordo com as exigências do Conselho Federal de Medicina – CFM;

2.2.10 - Qualquer chamada para atendimento somente poderá ser atendida quando realizada pelo(s) servidor(es) habilitado(s) pelo Contratante;

2.2.11 - Após o atendimento, deverá ser elaborado relatório completo, legível e assinado pelo médico que prestou o atendimento, onde constará o motivo da chamada, procedimentos e medicações utilizadas, diagnóstico e prescrição médica;

2.2.11.1 - O relatório mencionado no subitem anterior deverá ser entregue ao servidor responsável pelo chamado em envelope fechado a fim de ser encaminhado à Divisão de Atenção à Saúde - DISAU.

2.2.12 - A Contratada deverá fornecer durante a vigência deste Contrato, quando solicitada pelo Contratante, qualquer tipo de informação médica correlata aos serviços contratados;

2.2.13 - A Contratada deverá iniciar a prestação dos serviços pactuados em 10 (dez) dias, contados a partir do 1º dia útil subsequente à data assinatura do Contrato;

2.2.14 - Caberá à Contratada garantir o atendimento imediato aos chamados de emergência, no prazo máximo 30 (trinta) minutos de espera;

2.2.15 - O Contratante autorizará o acesso às localidades/dependências discriminadas no subitem 2.1.1 desta Cláusula para o devido atendimento de emergência

2.3 – HABILITAÇÃO MÍNIMA DOS PROFISSIONAIS (EQUIPE TÉCNICA):

2.3.1 - O serviço de atendimento pré-hospitalar móvel será prestado por equipe composta de, no mínimo, 01 (um) profissional médico, 01 (um) técnico de enfermagem e 01 (um) motorista socorrista, que deverão atender aos seguintes pré-requisitos:

2.3.1.1 - Médico: Profissional de nível superior, credenciado no CRM (Conselho Regional de Medicina), habilitado ao exercício da medicina pré-hospitalar, com atualização teórica-prática periódica certificada e realizada há, no máximo, 05 (cinco) anos;

2.3.1.2 - Técnico de Enfermagem: Profissional com ensino médio completo e curso regular de Técnico de Enfermagem, titular do certificado ou diploma de Técnico de Enfermagem, credenciado no COREN (Conselho Regional de Enfermagem) e com certificação BLS – Suporte Básico de Vida – por instituição reconhecida com validação temporal;

2.3.1.3 - Motorista Socorrista: Profissional com habilitação categoria “D”, com cursos atualizados em trauma e primeiros socorros e com experiência em atendimentos emergenciais.

2.3.2 - O Contratante poderá, durante a vigência do Contrato, solicitar à Contratada comprovação da habilitação técnica e os devidos registros nos órgãos competentes dos profissionais relacionados nos subitens 2.3.1.1 a 2.3.1.3.

2.4 – HABILITAÇÃO DE VEÍCULOS PARA REMOÇÃO:

2.4.1 - As Ambulâncias Tipo “D” - Suporte Avançado (ASA) ou UTI Móvel deverão dispor de todos os equipamentos, materiais e medicamentos, de acordo com o determinado pelo Conselho Federal de Medicina;

2.4.2 - As ambulâncias deverão ser identificadas com símbolos próprios indicativo dos serviços de resgate e emergências e apresentar bom estado de conservação e condições de operação;

2.4.3 - As macas devem ter sistema de fixação no veículo e cintos de segurança em condições de uso.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

3.1 - A Contratada deverá manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive aquelas relativas às especificações, sob pena de rescisão contratual.

3.2 - Deverá garantir a manutenção das condições de operação dos veículos discriminados no item 2.4 deste Contrato, no tocante à limpeza, desinfecção, reposição de materiais utilizados em adequação às normas e exigências da Vigilância Sanitária, ANVISA e do CREMERJ no que diz respeito a transporte de pessoas enfermas.

3.3 - Obedecer às normas de segurança e medicina do trabalho para esse tipo de atividade, sendo de sua exclusiva responsabilidade o fornecimento, antes do início da execução dos serviços, dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI), caso seja obrigatória sua utilização.

3.4 - Os profissionais que prestarão serviços nas instalações do Contratante deverão ser identificados pelo uso, obrigatório, de crachás com fotografia e estarem devidamente uniformizados.

3.5 - Os empregados da Contratada, quando prestando serviços nas dependências do Contratante, estarão sujeitos às suas normas disciplinares, mas em nenhuma hipótese terão vínculo empregatício com o mesmo, pois que manterão contrato de trabalho com a Contratada, a qual, como tal, responderá sempre única e exclusivamente perante as repartições respectivas, por todos os tributos, encargos sociais e trabalhistas, bem como assumirá integral responsabilidade por quaisquer danos causados por seus empregados ao Contratante ou a terceiros, durante, ou em consequência da execução dos serviços contratados, mesmo que praticados involuntariamente, o que propiciará o desconto do valor correspondente no faturamento do mês subsequente, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis.

3.6 - Caberá à Contratada empregar profissionais qualificados para os serviços, respondendo pela seleção, administração, transporte, acomodação, alimentação e qualquer outra obrigação relacionada com a mão de obra disponibilizada para a prestação dos serviços.

3.7 - A Contratada deverá, sempre que solicitado pelo Contratante, proceder ao afastamento de qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados inconvenientes ou insatisfatórios ao bom andamento dos serviços, providenciando sua imediata substituição, bem como substituir qualquer veículo, equipamento, material e medicamentos que sejam desqualificados pelo Contratante.

3.8 - A Contratada prestará todos os esclarecimentos solicitados pelo Contratante no prazo de 24 (*vinte e quatro*) horas, obrigando-se a atender prontamente suas reclamações



3.9 – A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

3.10 – Permitir que seus empregados, que venham a prestar serviços nas dependências do Contratante, sejam vistoriados pela Segurança Interna.

3.11 – Manter o Contratante a salvo de quaisquer queixas, reivindicações ou reclamações de seus empregados e/ou prepostos e/ou terceiros, em decorrência do cumprimento do presente Contrato.

3.12 – É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juizes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme Resolução nº 9 de 06/12/2005 do Conselho Nacional de Justiça.

3.13 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória do Código de Conduta, nos termos da Resolução nº 147 do Conselho da Justiça Federal, de 15/04/2011 e da Portaria nº CF-POR-2012/00116, de 11/05/2012.

4 - CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO, DO REAJUSTE E DO PAGAMENTO:

4.1 - DO PREÇO:

4.1.1 - PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS DISCRIMINADOS					
GRUPO	LOCALIDADES/DEPENDÊNCIAS	QUANTIDADE ESTIMADA (atendimentos)		PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
		MENSAL	ANUAL	MENSAL (R\$)	ANUAL (R\$)
G1	TRF-2ª Região - SEDE - Rua Acre 80 e ANEXOS 1A, 1B, 2A e 2B - Centro- Rio de Janeiro/RJ	02	24		
G2	Centro Cultural da Justiça Federal - Avenida Rio Branco, 241 - Centro - Rio de Janeiro/RJ	02	24		
G3	TRF-2ª Região - ANEXO 1 - Rua Visconde de Inhaúma, 68 - Centro - Rio de Janeiro/RJ	01	12		
G4	TRF-2ª Região - ANEXO 2 - Rua Beneditinos, 24 - Centro - Rio de Janeiro/RJ	01	12		
G5	TRF-2ª Região - ANEXO 3 - Rua Dom Gerardo, 46 - Centro - Rio de Janeiro/RJ	01	12		
VALOR GLOBAL DO CONTRATO					
				PREÇO UNITÁRIO (R\$)	
Atendimento Extra					

4.1.2 - O valor MENSAL deste Contrato é de R\$ _____ (_____);

4.1.3 - O valor GLOBAL deste Contrato é de R\$ _____ (_____);



4.1.4 – O valor referente ao atendimento extra não compõe a Planilha de Formação de Preços Discriminados, constante do subitem 4.1.1 desta Cláusula, devendo ser cobrado separadamente e faturado somente quando efetivamente realizado o atendimento;

4.1.5 - Nos preços oferecidos pela Contratada já estão incluídos a incidência tributária e demais encargos como: materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todos os custos pertinentes à perfeita execução dos serviços contratados.

4.2 - DA PERIODICIDADE E DO REAJUSTE:

4.2.1 - Os valores contratados serão reajustados com base na variação do IGP-DI, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro indexador que a legislação determinar, de acordo com a seguinte fórmula:

$$R = \left(\frac{I - I_0}{I_0} \right) \cdot P, \text{ onde:}$$

R = Reajuste

I = N.º índice da data do reajuste

I₀ = N.º índice da data limite da apresentação da proposta ou da concessão do último reajuste.

P = Preço a ser reajustado

4.2.2 – A aplicação da fórmula supracitada vincula-se à divulgação do índice oficial do mês de reajuste, não devendo ser utilizado o cálculo pró-rata, mas sim o mês cheio.

4.2.3 - A periodicidade de reajuste do presente Contrato será de 12 (doze) meses, em conformidade com os termos da Lei n.º 10.192, de 14/02/01 e legislação superveniente ou outra regulamentação editada pelo Poder Executivo que vier a alterá-la.

4.2.4 - Competem à Contratada a iniciativa de pedido de reajustamento e a apresentação do demonstrativo de cálculo para análise e aprovação do Contratante.

4.2.5 - A Contratada deverá manifestar seu interesse no reajuste até a data da prorrogação contratual subsequente, devendo apresentar o demonstrativo de que trata o subitem 4.2.4 tão logo seja divulgado o índice previsto no subitem 4.2.1.

4.3 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.3.1 - O pagamento será efetuado mensalmente, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, à vista do documento fiscal por ela apresentado, devidamente atestado pelo gestor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato, em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da apresentação do documento fiscal, para valores inferiores a R\$ 8.000,00 (oito mil reais), ou em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da emissão do referido atesto, para valores superiores a R\$ 8.000,00 (oito mil reais), sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.



4.3.2 – O documento fiscal deverá ser entregue no Núcleo de Compras do Contratante, situado na Rua do Acre, nº 80, 16 andar, sala 1.604, de segunda a sexta-feira, no horário das 12:00 às 17:00 horas, em 02 (*duas*) vias, devendo também ser enviado eletronicamente ao *e-mail* dicom@trf2.jus.br, na primeira semana do mês subsequente ao da prestação dos serviços.

4.3.3 - Para fins do disposto no subitem 4.3.1 considerar-se-á como sendo a data do pagamento a da emissão da Ordem Bancária.

4.3.4 – Caso a Contratada se enquadre na hipótese de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato da entrega do documento fiscal.

4.3.4.1 - A Contratada, optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação da Declaração, em duas vias, a que se refere o art. 4º da Instrução Normativa n.º 480 de 15/12/2004, da Secretaria da Receita Federal, alterada pelas Instruções Normativas n.º 539 de 25/04/2005 e n.º 706 de 09/01/2007 e pela IN RFB n.º 765 de 02/08/2007.

4.3.5 – O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no subitem 4.3.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

4.3.6 – A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente contratação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas, conforme Acórdão nº 964/2012 do Plenário do Tribunal de Contas da União.

4.3.6.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento.

4.3.7 - Os serviços serão pagos pelo valor fixo mensal, previsto no subitem 4.1.2 desta Cláusula, conforme os quantitativos expostos na Planilha de Formação de Preços Discriminados, constante do subitem 4.1.1, independentemente da utilização ou não dos atendimentos mensais estimados para cada localidade/dependência da citada Planilha.

4.3.7.1 – Caso não sejam utilizados mensalmente, os atendimentos serão acumulados até o final do ano contratual, quando então serão zerados;

4.3.7.2 – Na hipótese de o quantitativo anual de determinada localidade/dependência seja todo utilizado antes do término de 12 (*doze*) meses, qualquer novo atendimento será considerado extra, não havendo limite superior de atendimentos extras.

4.3.8 - No caso da prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX, do art. 14, da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, a Contratada não localizada no município do Rio de Janeiro estará sujeita, no ato de pagamento, à retenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza;

4.3.8.1 - Para fins de identificação da situação prevista no subitem anterior, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.



5 - CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

5.1 - A despesa decorrente da contratação dos serviços, objeto deste Contrato, correrá à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o corrente exercício, conforme o adiante especificado:

Programa de Trabalho	PTR	Elemento de Despesa	Nota de empenho
02.301.0569.2004.6013	085.382 (AMOS)	3.3.90.39.61	

5.2 - Na parcela referente ao exercício de 2016, a despesa será incluída na proposta orçamentária para o citado exercício, condicionada à aprovação da mesma.

6 - CLÁUSULA SEXTA: DAS PENALIDADES:

6.1 - O não cumprimento pela Contratada de qualquer uma das obrigações estabelecidas por este Contrato, sujeitá-la-á às penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

6.2 - As penalidades a que fica sujeita a Contratada, em caso de inadimplência, são as seguintes:

- Advertência;
- Multa;
- Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (*dois*) anos;
- Declaração de inidoneidade de licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.3 - As multas serão aplicadas nos casos e formas abaixo discriminadas:

6.3.1 - A inexecução, total ou parcial, do Contrato acarretará, conforme o critério adotado em virtude do prejuízo causado à Administração, o pagamento das seguintes multas, alternativamente:

- Multa compensatória de até de 30% (*trinta por cento*) sobre o valor equivalente à obrigação inadimplida;
- Multa de 50% (*cinquenta por cento*) sobre o valor global do Contrato, no caso de inexecução total do mesmo;
- Multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor que seria pago à Contratada inadimplente.

6.4 - Os atrasos injustificados no cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada sujeitá-la-ão ao pagamento de multa diária, até a data do efetivo adimplemento, de 0,3% (*três décimos por cento*), calculada à base de juros compostos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

6.4.1 - A multa moratória estipulada acima fica limitada a 30% (*trinta por cento*) sobre o valor da obrigação inadimplida.

6.5 - Caso não sejam pagas no prazo estabelecido, as multas dispostas nos itens 6.3 e 6.4 serão descontadas dos pagamentos ou da garantia do respectivo Contrato, ou, ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

6.6 - Se as multas dispostas nos itens 6.3 e 6.4 forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela diferença faltante.



6.7 - O período de atraso será contado em dias corridos.

6.8 - A aplicação das multas, ora previstas, não impede que a autoridade competente rescinda e/ou aplique outras penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93.

6.9 - Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas foram regulamentados pela IN-24-12/2004-TRF-2ªRG de 16/12/2004, atualizada em 08/06/2005.

6.10 - A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da lei.

6.11 - Sempre que não houver prejuízo para o Contratante, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras mais brandas, a critério da Administração.

6.12 - O Licitante que deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União e, será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 05 (*cinco*) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no Contrato e das demais cominações legais.

6.12.1 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

6.13 - Na hipótese de a empresa adjudicatária recusar-se a assinar o termo de Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de validade da proposta, quando convocada para tal, dentro do prazo de 05 (*cinco*) dias, sujeitar-se-á ao pagamento de multa de até 10% (*dez por cento*) sobre o valor da adjudicação, independentemente da multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor total que seria pago ao adjudicatário.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

7.1 - Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei n.º 8.666/93, modificada pela Lei n.º 8.883/94, o objeto do presente Contrato será recebido, mediante Termo Circunstanciado, assinado pelas partes, da seguinte forma:

7.1.1 - **Provisoriamente** - imediatamente após efetuada a apresentação do documento fiscal correspondente aos serviços prestados no último período de adimplemento contratual;

7.1.2 - **Definitivamente** - No prazo de 10 (*dez*) dias, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório, salvo motivo justificado, e depois de verificado e comprovado o adimplemento de todas as obrigações contratuais.

7.2 - Os Termos de Recebimento serão emitidos pelo setor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, o qual confirmará a aceitação definitiva dos serviços, após comprovada a adequação do objeto aos termos do Contrato.

7.3 - Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os serviços foram realizados de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação da Contratada, será interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação.

7.4 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a obrigação da Contratada em reparar, corrigir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.



8 - CLÁUSULA OITAVA: DA RESCISÃO:

8.1 - A inadimplência, parcial ou total, das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando a critério do Contratante declarar rescindido o Contrato, nos termos desta cláusula e/ou aplicar a multa prevista neste termo e na Lei nº 8.666/93.

8.2 - O presente Contrato poderá ainda ser rescindido por quaisquer dos motivos previstos no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.3 - A rescisão se dará de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos casos previstos nos incisos IX e X do referido art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9 - CLÁUSULA NONA: DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

9.1 - Os serviços contratados obedecerão ao estipulado neste Contrato, bem como às obrigações assumidas no documento a seguir indicado, os quais ficam fazendo parte integrante e complementar deste Contrato, independentemente de transcrição, no que não contrariem às estipulações aqui firmadas:

- a) Edital do Pregão Eletrônico nº 013/2015, e seu Anexo I;
- b) Proposta datada de __/__/2015, apresentada pela Contratada, contendo prazo, preço, discriminação e especificação dos serviços a serem executados, juntada às fls. __/___ do Processo.

9.2 - Na hipótese de divergência, entre as alíneas “a” e “b”, prevalecerão as condições estipuladas no documento referido na alínea “a”.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DA FISCALIZAÇÃO:

10.1 – O Contratante designará servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, que exercerá, como representante da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização, e que, em caso de ausência, será substituído pelo seu suplente, também designado:

10.2 – Compete à fiscalização, entre outras atribuições:

10.2.1 – Verificar a conformidade da execução contratual com as normas específicas e se os procedimentos empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;

10.2.2 – Ordenar à Contratada que corrija ou refaça as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;

10.2.3 – Acompanhar e aprovar os serviços executados.

10.3 – A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais.



11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

11.1 - O prazo de vigência do presente Contrato é de 12 (*doze*) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, na forma autorizada pelo art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

11.2 – A prorrogação do Contrato será precedida de pesquisa para que sejam verificadas se as condições oferecidas pela Contratada continuam vantajosas para o Contratante.

11.3 – A pelo menos 60 (*sessenta*) dias do término da vigência deste instrumento, o Contratante expedirá comunicado à Contratada para que esta se manifeste, dentro de 03 (*três*) dias contados do recebimento da consulta, seu interesse na prorrogação do atual Contrato.

11.4 – Se positiva a resposta e vantajosa a prorrogação, o Contratante providenciará, no devido tempo, o respectivo termo aditivo.

11.5 - A resposta da Contratada terá caráter irretratável, portanto ela não poderá, após se manifestar num ou noutro sentido, alegar arrependimento para reformular a sua decisão.

11.6 – Eventual desistência da Contratada após a assinatura do termo aditivo de prorrogação ou mesmo após sua expressa manifestação nesse sentido, merecerá do Contratante a devida aplicação de penalidade, nos termos da Cláusula Sexta do presente Contrato.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO TERMO DE QUITAÇÃO:

12.1- Após o término deste Contrato, a Contratada fornecerá Termo de Quitação à Divisão de Contratos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no prazo máximo de 15 (*quinze*) dias, em papel timbrado da Empresa, devidamente assinado por seu representante legal, carimbado e datado.

12.2 - Na hipótese de o Termo de Quitação não ser fornecido dentro do prazo fixado no item anterior, será considerada como plena, rasa e total a quitação em favor do Tribunal Regional Federal da 2ª Região dos débitos referentes à presente contratação.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

13.1 - O Contrato poderá ser aditado para adequação a posteriores regulamentações da Lei nº 10192 de 14/02/2001 e Lei nº 9.069 de 29/06/95.

13.2 - A Contratada fica obrigada aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto deste Contrato, até 25% (*vinte e cinco por cento*) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com o estabelecido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.



13.3 - As supressões citadas no subitem anterior poderão exceder os limites ali estabelecidos, desde que resultantes de acordo celebrado entre os contratantes, conforme alterações dispostas no art. 1º da Lei nº 9.648 de 27 de maio de 1998.

13.4 – Quando houver alteração social em sua estrutura, a Contratada deverá encaminhar à Divisão de Contratos (16º andar – sala 1603A), no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação devidamente autenticada, comprovando o fato.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA PUBLICAÇÃO:

Em conformidade com o disposto no Parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93, o presente instrumento de Contrato será publicado no Diário Oficial da União, na forma de extrato, por conta do Contratante.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO FORO:

Para dirimir questões oriundas do presente Contrato ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o presente Contrato, em 03 (três) vias de igual teor.

Rio de Janeiro, de de 2015.

ROQUE BONFANTE DE ALMEIDA
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
Diretor Geral

RESPONSÁVEL
EMPRESA CONTRATADA
(cargo)